§1º A Unidade Demandante elaborará o mapa condensado referente às contratações realizadas por inexigibilidade ou dispensa de licitação por análise de propostas de fornecedores no valor da contratação.

§2º Em caso de contratação por dispensa eletrônica, a Unidade Demandante elaborará o mapa condensado com base no valor estimado definido em análise, observado o disposto no §2º do art. 13 desta PORTARIA.

§3º Em caso de análise com vistas à prorrogação contratual, não será elaborado mapa condensado, devendo ser juntada aos autos planilha de análise de preços, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA

Art. 19 Deve ser anexada aos autos declaração, assinada pela chefia da Unidade Demandante ou do ocupante de cargo equivalente, com a ciência plena do teor do pedido e a certificação da pesquisa de preços.

Art. 20 Os valores obtidos na pesquisa de preços pela Unidade Demandante devem ser apurados de forma isonômica e isenta de qualquer interesse que não seja a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Art. 21 O processo será enviado à Secretaria para apuração de responsabilidade caso constatada manipulação dos dados pesquisados, bem como na hipótese de preferência de marca sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei.

Art. 22 A Unidade Demandante deve realizar planejamento prévio das despesas de mesma natureza de modo a evitar seu fracionamento.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Será elaborado Manual de Boas Práticas para Pesquisa de Preços, com o objetivo de inserir os conceitos da presente PORTARIA na cultura organizacional do MPC/PA.

Art. 24 Aplica-se o disposto na presente PORTARIA aos processos de aquisição realizados sob a égide da Lei n. 8.666/1993 até sua plena revogação, com os ajustes necessários para manutenção da segurança jurídica.

Art. 25 Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 26 de janeiro de 2023.

Patrick Bezerra Mesquita

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 899224

PORTARIA n. 040/2023 - MPC/PA

Regulamenta a contratação de serviços e obras e a aquisição e a locação de bens quando processadas pelo Sistema de Registro de Preços, bem como as contratações compartilhadas, no âmbito do Ministério Público de Contas - MPC/PA, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que, nos termos do art. 12 da Lei Complementar n. 09, de 27/01/1992 (Lei Orgânica do MPC/PA) e do art. 8º, inciso V, da Resolução n. 01/2020 (Regimento Interno do MPC/PA), a ele compete supervisionar e dirigir os serviços do MPC/PA;

CONSIDERANDO o interesse público de normatizar o procedimento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do MPC/PA, observadas as disposições aplicáveis do Decreto Estadual n. 991, de 24 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adaptar as aquisições e contratações realizadas pelo MPC/PA às diretrizes da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021; e CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, elencados no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente PORTARIA regulamenta a contratação de serviços e obras e a aquisição e a locação de bens quando processadas por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, bem como as contratações compartilhadas no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará - MPC/PA.

Parágrafo único O MPC/PA poderá realizar contratações por meio do SRP de acordo com a Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, ou com a Lei federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, até o término do prazo previsto no inciso II do caput do art. 193 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta PORTARIA, vedada a aplicação combinada dessa última lei com as anteriores, conforme disposto em seu art. 191.

Art. 2º Os procedimentos de contratação do MPC/PA deverão pautar-se na transparência e eficiência administrativas, objetivando a racionalização dos gastos públicos, economia, celeridade e princípios que informam a Administração Pública.

§1º As contratações de serviços e aquisições de bens devem obedecer às seguintes diretrizes:

- I - selecionar fornecedores idôneos, com boas práticas sociais e ambientais;
- II - objetivar a economia, sem prejuízo da qualidade e da eficiência;
- III - zelar pela transparência e boa-fé nos processos em todas as suas fases, excluindo fornecedores que não procedam de forma semelhante;
- IV - impossibilitar que os envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de compra ou contratação recebam quaisquer vantagens ou benefícios pessoais provenientes de empresas fornecedoras ou participantes de processo de compra ou contratação; e
- V - segregar as funções de responsável pela elaboração de termo de referência ou projetos, pela condução do certame, pela elaboração de contratos e pelo pagamento.

§2º Para o cumprimento das diretrizes dispostas no § 1º, a Administração deverá consultar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor (SICAF), o Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas (CEIS) e demais cadastros equivalentes, para fins de habilitação, além das exigências previstas no instrumento convocatório de cada certame.

Art. 3º As contratações de serviços e a aquisição de bens obedecerão,

quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), no âmbito do MPC/PA, ao disposto nesta PORTARIA, em consonância com o Decreto Estadual n. 991, de 24 de agosto de 2020, no que couber.

Art. 4º Serão adotadas, para os efeitos desta PORTARIA, as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços (SRP): conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos a bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços (ARP): documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Revisão da ARP: revisão dos preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados;

III - Beneficiário da Ata: fornecedor ou prestador de serviços detentor da ARP;

IV - Órgão Gerenciador: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ARP dele decorrente;

V - Órgão Participante: órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ARP;

VI - Órgão não Participante: órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação ou não tenha enviado demanda para determinado item, atendidos os requisitos normativos, solicita adesão à ARP;

VII - Solicitação de Adesão: documento pelo qual a autoridade competente do órgão ou entidade não participante solicita a adesão à ARP, em concordância com as condições estabelecidas pelo órgão gerenciador;

VIII - Demanda: quantidade de bens ou serviços estimados para futuras contratações; e

IX - Intenção de Registro de Preços (IRP): protocolo de intenção contendo o rol de objetos a serem submetidos futuramente ao SRP, visando a permitir a participação de outros órgãos.

X - Sistema de registro de preços permanente: sistema de registro de preços que permite a atualização periódica do conteúdo da ARP;

XI - Compra compartilhada: é a aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e eficiência econômica, com ganho de escala, realizada por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país.

Art. 5º O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

II - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

III - quando for conveniente a aquisição ou a locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, por meio de contratação compartilhada;

IV - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, caso em que poderá ser adotado o sistema de registro de preços permanente como forma de aproveitamento da fase de planejamento da contratação;

V - quando as obras e os serviços de engenharia tiverem projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, para atender a necessidade permanente ou frequente da Administração.

CAPÍTULO II

DAS CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS

Art. 6º As contratações do MPC/PA processadas pelo SRP serão, preferencialmente, realizadas de forma compartilhada com outros órgãos ou entidades da Administração, tanto na qualidade de órgão gerenciador, como na qualidade de órgão participante.

§1º Compete às unidades requisitantes indicar no Plano Anual de Compras e Contratações (PACC) do MPC/PA as contratações passíveis de serem realizadas de forma compartilhada, além de mantê-lo atualizado, a fim de que outros órgãos e entidades da Administração possam tomar conhecimento dos objetos que se pretende contratar durante cada exercício.

§2º Compete ao Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios (DACC) realizar o contato formal com outros órgãos e entidades da Administração acerca do interesse do MPC/PA na realização de contratações compartilhadas como órgão gerenciador ou órgão participante, sem prejuízo do prévio contato entre as unidades requisitantes para avaliação de compatibilidade das especificações adotadas pelos órgãos para os possíveis objetos a serem contratados de forma compartilhada, bem como dos prazos para o início de vigência das atas de registro de preços.

§3º Sempre que for técnica e economicamente viável, as unidades requisitantes deverão compatibilizar as especificações dos objetos a serem contratados de forma compartilhada com as especificações adotadas por outros órgãos ou entidades da Administração interessados na realização de contratação compartilhada com o MPC/PA, em observância ao princípio da padronização, previsto no inciso I do caput do art. 47 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§4º O MPC/PA poderá realizar contratações compartilhadas de acordo com a Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, ou com a Lei federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, até o término do prazo previsto no inciso II do caput do art. 193 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta PORTARIA, vedada a aplicação combinada dessa última lei com as anteriores, conforme disposto em seu art. 191.